



PLANO DE ATIVIDADES

2020-2021

RE-AGIR

PLANO DE ATIVIDADES 2020-2021

Publicação da responsabilidade da Direção
da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Lisboa, junho de 2020

Foto de Capa:
Matthias Heyde/ Unsplash

Planear o trabalho que temos pela frente é sempre um exercício de aliar o certo e o incerto. O certo é a continuação do trabalho que já está em curso, frequentemente associado a projetos plurianuais contratualizados com doadores internacionais. Esses seguem planos de trabalho rigorosos, com atividades previamente calendarizadas e que são portanto mais fáceis de planear e orçamentar.

O incerto é a vontade de fazermos mais do que aquilo que está à partida assegurado, contratualizado e orçamentado. É a necessidade de respondermos a temas emergentes na discussão pública, ou de estendermos a nossa atividade a áreas cruciais, mas para as quais não há financiamento dedicado e onde, portanto, a capacidade de atuação não está assegurada. Planear o ano é, em suma, equilibrar realismo e esperança.

Se esse trabalho já é difícil e falível em circunstâncias normais, o ano de 2020 transformou-se no ano de todas as incertezas. Para a Transparência e Integridade, 2020 já seria à partida um ano de transição, com o final do mandato dos corpos sociais e a eleição de novos órgãos dirigentes. A eclosão da pandemia de Covid-19, precisamente nas vésperas dessa eleição, obrigou-nos a repensar tudo: rotinas de trabalho, novos mecanismos de comunicação com os nossos membros, parceiros e doadores, novas formas de organização e respostas para garantir o prosseguimento da atividade da associação, que incluiu o prolongamento do mandato dos órgãos sociais, à espera que estivessem reunidas condições técnicas e sanitárias para uma eleição séria e participada.

Por outro lado – e crucialmente –, a pandemia teve um impacto profundo em todo o mundo e traz consigo novas realidades a que não podemos ser indiferentes. Não se trata de encontrarmos formas de continuar a fazer o mesmo: trata-se de respondermos à altura do desafio e sermos capazes de atuar neste novo contexto em que a contratação pública de emergência e os planos de recuperação da economia trarão novas oportunidades de má gestão, corrupção e abusos – e, como tal, novas exigências de transparência, participação pública e prestação de contas.

O plano de atividades agora apresentado tenta estabelecer o rumo num momento especialmente imprevisível, que exigirá de nós tanto reação como ação. Nunca como antes é imperativo pensar para lá dos 365 dias numa lógica plurianual, reconhecendo a necessidade de manter as atividades em curso com o máximo de eficácia, ao mesmo tempo que moldamos a realidade e construímos a esperança.

A Direção da Transparência e Integridade

VISÃO E CONTEXTO

Desde a sua fundação, em 2010, a Transparência e Integridade, Associação Cívica afirmou-se como a principal organização da sociedade civil na defesa do combate eficaz contra a corrupção e de políticas públicas promotoras da transparência, da responsabilidade e da participação cívica. A sensibilização pública promovida pela TI-PT permitiu elevar as perceções dos cidadãos sobre o impacto da corrupção e contribuiu para uma maior cobertura do fenómeno na comunicação social.

Ao mesmo tempo, o extenso trabalho de investigação e desenvolvimento realizado pela associação trouxe mais conhecimento sobre as diversas facetas da corrupção e o desempenho das instituições no seu combate.



No entanto, apesar do muito trabalho feito ao longo dos últimos anos, reconhecemos que é preciso continuar os esforços. As recomendações de reforma feitas pela TI-PT – recomendações informadas, assentes em investigação sólida e nas melhores práticas internacionais – continuam a esbarrar na falta de vontade política ou na fragilidade de instituições públicas pouco capacitadas para lidar com este problema. Isso exige prosseguir o trabalho de fortalecimento e capacitação da TI-PT, para com ele poderemos reforçar a sensibilização dos cidadãos e das instituições.

Onde tem faltado a vontade política, onde as instituições se tornaram frágeis demais para agir de forma sustentada e participada, há que mobilizar a vontade cívica e capacitar a sociedade civil. A corrupção mantém-se hoje como o principal desafio à solidez das instituições democráticas e como o principal obstáculo ao desenvolvimento económico e social dos países, em todas as geografias do globo. Um novo tipo de corrupção sistémica, transnacional, protegido tantas vezes pela lei e pelas instituições públicas – uma corrupção legal que consiste na captura das instituições por poderosos grupos de interesse – tem vindo a instalar-se, a nível nacional e internacional, exigindo uma mobilização da sociedade civil, o fortalecimento de redes de cooperação e troca de informação transnacionais e um investimento constante na sensibilização e capacitação cívicas.

É este o ponto de partida que informa a nossa visão e as nossas prioridades para os próximos dois anos.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

CAPACITAÇÃO ORGANIZACIONAL

A sustentabilidade da associação é essencial para a implementação do plano de atividades e cumprimento da missão da TI-PT, assegurando de que dispomos de recursos e ferramentas ajustados às nossas necessidades. Os últimos 3 anos permitiram solidificar a nossa estrutura organizacional, e embora estejamos ainda longe de conseguir garantir a capacidade instalada adequada aos enormes desafios que se colocam à luta anticorrupção em Portugal e noutros territórios de afeto, como a Europa e a Lusofonia, importa que concentremos esforços no desenvolvimento de áreas de capacitação que se afiguram críticas, em razão dos efeitos da crise provocada pela pandemia, que se espera agudize os desafios enfrentados pelo setor das Organizações Não Governamentais desde há já alguns anos.

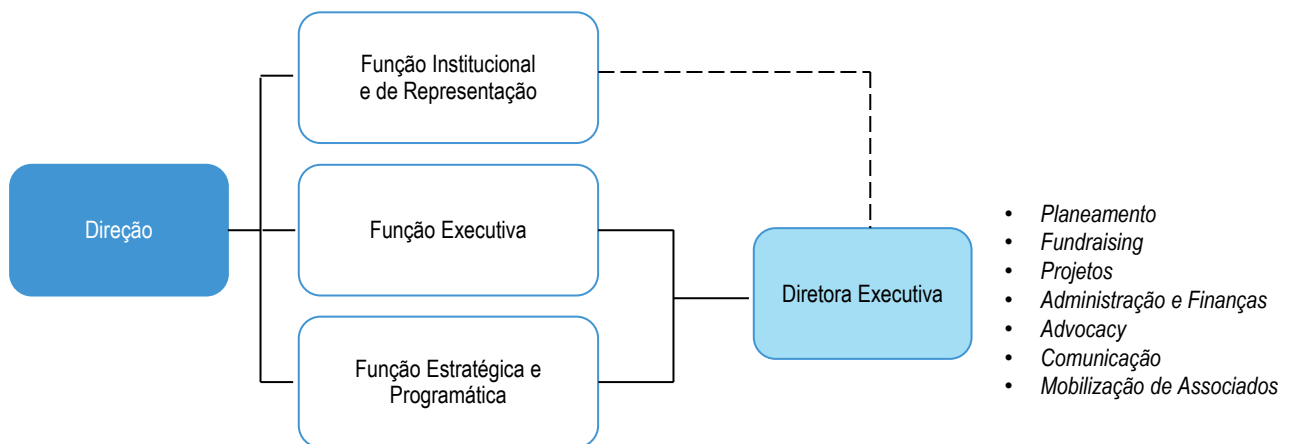
Áreas estratégicas GROW 2020-2021



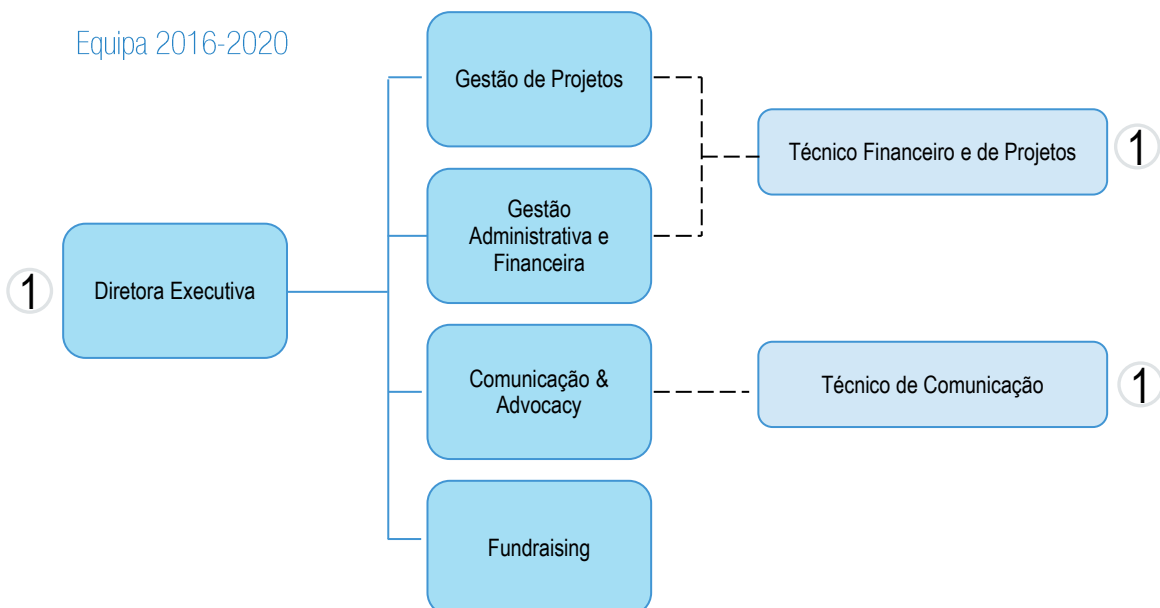
A alocação de fundos para as prioridades de capacitação organizacional encontra-se ainda muito dependente da disponibilidade de verbas não inscritas em projetos financiados (*unrestricted*) e, portanto, o desenvolvimento do Fundraising, aliado à Programação, Planeamento e Avaliação de Impacto, terá de ser substancialmente incrementado, quer por via da diversificação de fontes de financiamento, quer através do reforço do desempenho destas funções na estruturação do trabalho.

No atual Modelo de Governança, compete à Diretora Executiva desenvolver as estratégias de programação, planeamento e Fundraising suscetíveis de prosseguir os objetivos determinados pela Direção e os membros da TI-PT, e garantir a sustentabilidade da organização. Sucede, porém, que dada a dimensão da equipa, a Diretora Executiva é também quem habitualmente assegura a gestão de todos os projetos e campanhas em curso, além da coordenação financeira e operacional, o que dificulta em larga medida a sua dedicação mais consistente e efetiva a atividades de natureza estratégica.

Modelo de Governança



Equipa 2016-2020



É, pois, essencial que se encontrem soluções sustentáveis que 1) façam a equipa crescer e 2) otimizem os processos de gestão administrativa e financeira, de modo a que a gestão estratégica se autonomize da gestão de projetos na dinâmica da organização.

ADVOCACY

A TI-PT é a única ONG em Portugal que tem como missão a defesa da boa governança e a prevenção e combate à corrupção. Por isso mesmo, temos de nos posicionar definitivamente enquanto interlocutor privilegiado dos decisores para a formulação de políticas públicas advogando os valores que defendemos, e solidificando as nossas posições com crescente apoio e mobilização cívica.

No combate à corrupção o que falha é a política

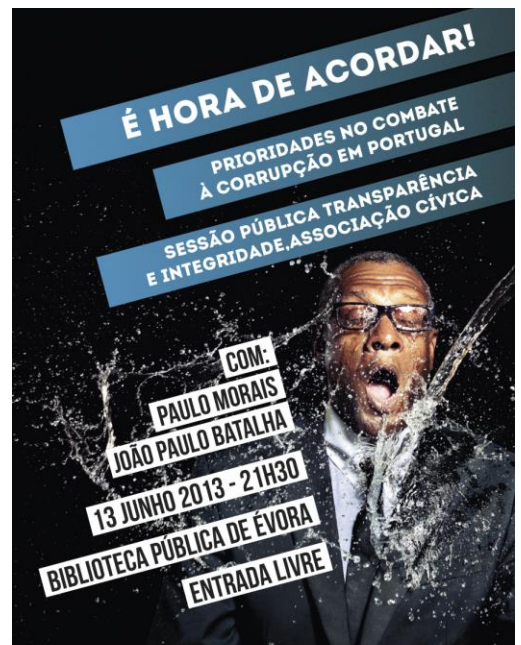
A corrupção continua a ser o grande problema nacional e está entre as maiores preocupações dos portugueses. A corrupção sistémica não se combate com medidas avulsas e descoordenadas, e é por isso que prosseguiremos **Juntos Contra a Corrupção**, advogando uma **Estratégia Nacional Contra a Corrupção**, a ser adotada na sequência de um debate amplo, participado e informado, e com prazos de implementação definidos e de impacto mensurável.

Cabe aos cidadãos exigir essa Estratégia e liderar esse debate, e cá estaremos – como sempre estivemos - a fazer tudo ao nosso alcance para que assim seja.

Além desta iniciativa, continuaremos o trabalho de monitorização de políticas públicas e dos progressos na implementação de convenções e compromissos internacionais, alertando para o que está mal e para o que deve ser corrigido, e denunciando por todos os meios ao nosso alcance ilícitos criminais, irregularidades, conflitos de interesses, abusos de poder, e todas as demais situações que se configurem contrárias à boa governança e à defesa do interesse público.

Para efeito, daremos seguimento a outras iniciativas, novas e em curso, engajando associados e apoiantes e cooptando para a nossa causa um número progressivamente crescente de jornalistas e líderes de opinião.

Igualmente relevante é o trabalho de mobilização de novos públicos, nomeadamente as gerações mais jovens, e o desenvolvimento de alianças institucionais com organizações dos sectores público, privado e não governamental que cooperem para colocar a transparência e boa governança na agenda pública.



Biblioteca Pública de Évora
Largo Conde de Vila Flor
7000-004 Évora

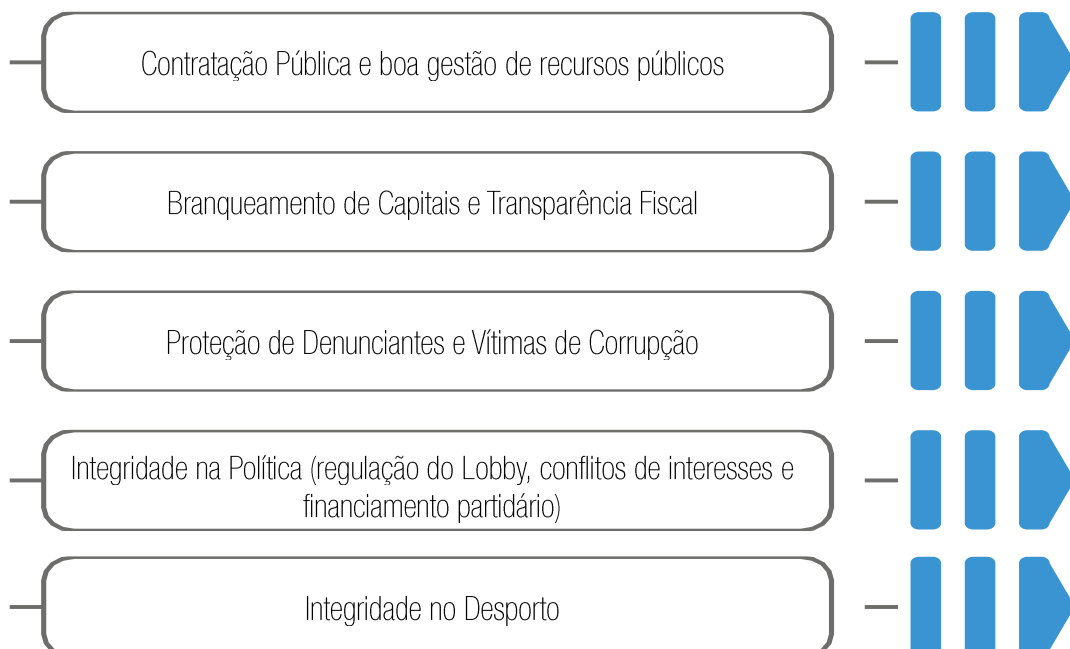
Tel: 266 788 320
Fax: 266 788 321
bpevora@bpevora.pt
http://www.evora.net/tpo



Campanhas



Áreas estratégicas no trabalho de Advocacy

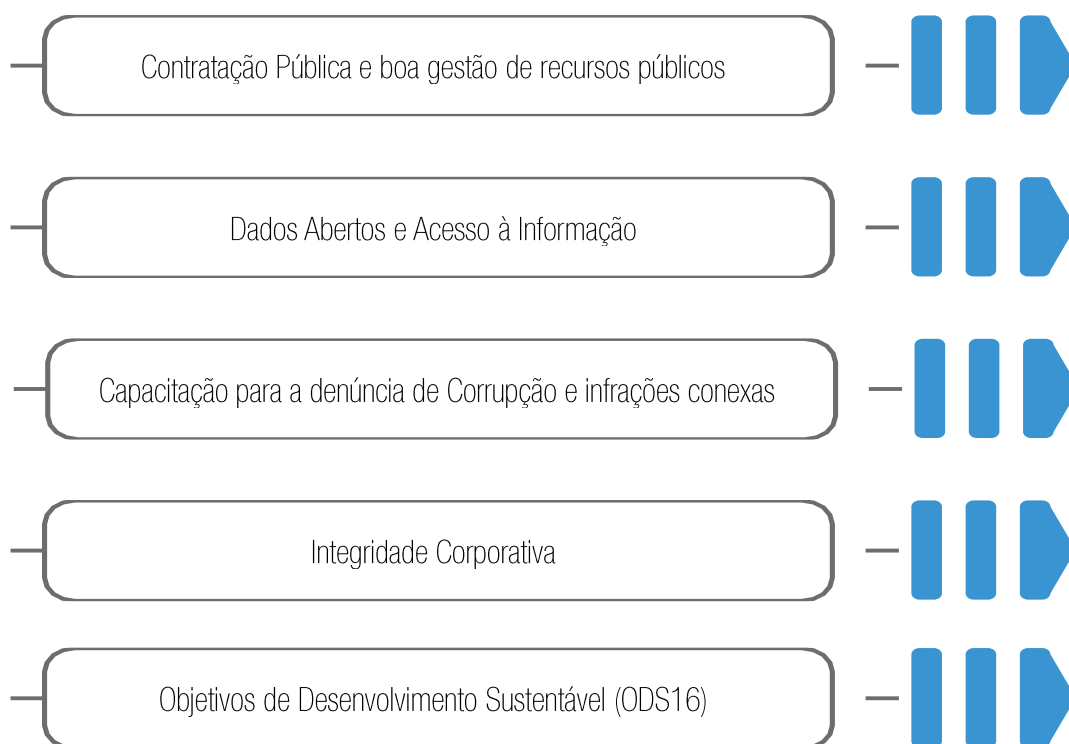


EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Temos como objetivo contribuir para a consolidação de uma sociedade civil atenta e informada, que repudia a corrupção e exige os mais elevados padrões de transparência, integridade, responsabilidade e participação cívica.

Desde janeiro de 2020 que temos em funcionamento o [Transparente - Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia](#), que agregará todas as atividades de educação, formação e sensibilização da TI-PT dirigidas a diferentes públicos-alvo.

Áreas estratégicas de Educação, Formação e Sensibilização



Além destas áreas temáticas prioritárias, a TI-PT desenvolverá ações de aprendizagem e de capacitação individuais e coletivas no âmbito dos programas e projetos em curso, e de outras iniciativas promovendo a discussão crítica sobre integridade, boa governança, e defesa dos direitos humanos e de cidadania em diferentes domínios.

PROGRAMAS E PROJETOS



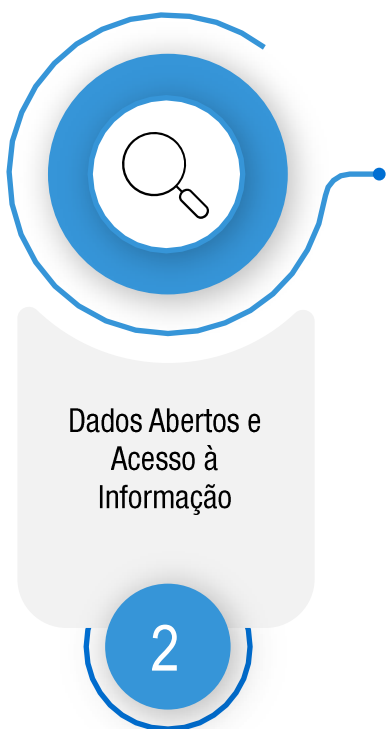
Pacto de Integridade (IP)

Jan 2016 Dez 2021

€ 413.662,00



A área da contratação pública é das mais sensíveis no que toca aos mecanismos de prevenção e combate à corrupção. Tirando partido da experiência já acumulada no projeto Pacto de Integridade, e numa lógica de criação de redes de colaboração com os setores público e privado e com a sociedade civil, continuaremos a promover a adoção de mecanismos de transparência, integridade e participação pública nos processos de contratação de bens e serviços pelo Estado.



Índice de Transparência Municipal

2013

Centro Transparente

2020

Transparência Hotspot

2020

Desde a sua fundação, a TI-PT bate-se por uma democracia de qualidade, assente no direito dos cidadãos à informação de interesse público e no combate a uma cultura de secretismo que continua a vigorar nas organizações e nas instituições democráticas. Alargar esse direito à informação e tornar efetivo o acesso a dados abertos de utilidade pública, disponíveis online, são preocupações centrais da TI-PT, pelo potencial que encerram de capacitação cívica e criação de uma nova dinâmica na relação entre os cidadãos e o Estado.



Branqueamento de Capitais e Transparência Fiscal

3

Improving Beneficial Ownership Transparency (OGP BOT)

Abr-Dez 2020

€ 5.000,00



Reforço das medidas de due diligence para prevenção do branqueamento de capitais no setor imobiliário em Espanha e Portugal (AML&RE)

Mai-Ago 2020

€ 5.700,00



Human Rights-based Advocacy to Anti-Corruption and the Returning of Stolen Assets after the Luanda Leaks (GACC)

Jun 2020

Mai 2021

€ 24.926,00



Tirando partido do trabalho de investigação já feito sobre as questões da transparência fiscal e branqueamento de capitais, e da pertença da TI-PT à rede Tax Justice Network, continuaremos a trabalhar por sistemas fiscais e financeiros transparentes e íntegros, com ampla partilha de informações e de cooperação internacional, que fechem as portas à fuga fiscal e à lavagem de dinheiro provenientes da corrupção e do crime organizado.



Integridade Corporativa

4

Business Integrity Programme

Out 2020

Consideramos crítico sensibilizar o setor empresarial para a necessidade de se instituir uma cultura de integridade nos negócios, e avaliar e monitorar a implementação de sistemas de compliance e de gestão de riscos de corrupção, tendo em conta a sua especial vulnerabilidade. Utilizando as ferramentas desenvolvidas pela TI para efeito, privilegiaremos o trabalho com associações empresariais e redes de empresários.



Integrity Watch

Set 2020

A fraca regulação dos conflitos de interesses e de fenómenos de porta giratória, aliada a práticas de lóbi informal ou de “inside lobbying” – o lóbi levado a cabo pelos próprios decisores públicos, em situação de promiscuidade entre os seus interesses privados e a sua missão pública – está há muito identificada como um dos maiores problemas do Sistema Nacional de Integridade em Portugal. É um problema sistémico, cada vez mais identificado pelos cidadãos como a face mais visível da corrupção em Portugal. No entanto, é no financiamento político – e nas muitas manchas de opacidade e deficiências de controlo identificadas nesta área – que se encontra a génese de problemas sistémicos de conflitos de interesses e captura institucional que minam a integridade do Estado e a confiança dos cidadãos. O reforço da eficácia dos mecanismos de controlo e a responsabilização dos partidos políticos e das instituições públicas continuarão por isso entre as nossa prioridades.



Sport National Integrity System

Dez 2020

A EUROPOL identifica a corrupção no Desporto como uma das 12 principais atividades do crime organizado na UE. A magnitude do problema levou o Conselho da Europa a lançar a Convenção de Macolin contra o Match-Fixing (2019), que determina a criação de estruturas institucionais, legais e práticas para combater este fenómeno, mas outras organizações internacionais dentro e fora da área do desporto vêm alertando para a necessidade de se implementarem sistemas de governança e mecanismos de responsabilização e prestação de contas que impossibilitem a sua utilização para branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.



Apoio, proteção e fortalecimento de ativistas e organizações da sociedade civil na defesa dos direitos humanos na Guiné Equatorial (APROFORT)

2016 2021  260.030,40



RedeGOV - Rede pela Boa Governança e Desenvolvimento Sustentável na Lusofonia

2017

A corrupção é cada vez mais um fenómeno transnacional. Quando estão em causa crimes de altos responsáveis políticos e Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), envolvendo montantes elevados, facilmente esse crimes saltam fronteiras, mobilizando mecanismos de apoio e de branqueamento em diferentes jurisdições, usadas para fazer circular capitais, evitar a deteção dos negócios corruptos e fazer reentrar no património dos corruptos os proveitos ilícitos provenientes dos seus crimes. É justamente esta grande corrupção, que causa os maiores prejuízos às populações mais desfavorecidas, impedindo o desenvolvimento sustentável e violando os Direitos Humanos.

ORÇAMENTO 2020

O orçamento apresentado corresponde à disponibilidade de fundos em junho de 2020, de acordo com os projetos aprovados até essa data e os seus planos de pagamento e o recebimento de quotas (estimado em 25% do valor coletável, bem como a projeção de despesas GROW (custos com a logística) e as decorrentes dos calendários de execução dos projetos. Em 2020, o valor de recebimentos é superior à projeção de despesas em cerca de 53.000,00.

Dado que as verbas inscritas em projetos financiados não podem ser utilizadas para outro efeito, o valor fixado para fundo de maneiço corresponde ao saldo disponível de 2019, e o montante alocado para investimento a usar para apoiar atividades GROW de capacitação organizacional e iniciativas que não beneficiaram ainda subvenções públicas ou de outros apoios institucionais para a implementação de projetos é de cerca de 12.000,00.

Deve, a propósito, salientar-se a implantação, desde janeiro, do Centro Transparente, que se encontra instalado na Biblioteca Manoel Chaves de Caminha através do acesso a apoio não financeiro atribuído pela Junta de Freguesia de Alvalade, e que é financiado a 100% por recursos próprios da associação.

RECEBIMENTOS	
Quotas (25%)	6 972,00
IP	79 972,50
APROFORT	130 015,20
GACC	23 926,00
OGP BOT	4 000,00
AML&RE	5 700,00
Export Corruption Report	500,00
Balance Payment AMATT	18 209,18
Balance Payment WPE	6 963,85
	276 258,73

DESPESAS	
GROW	20 000,00
IP	79 972,50
APROFORT	97 511,40
GACC	14 540,17
OGP BOT	5 000,00
AML&RE	5 700,00
Export Corruption Report	500,00
	223 224,07

Total a Receber	276 258,73
Total a Executar	223 224,07
Fundo de Maneio	10 305,23
Fundo de Investimento	12 145,03

